

MULHER, FAMÍLIA E REPRODUÇÃO EM UMA AMOSTRA DE BAIXA RENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1978 - 1979

*Paulete Goldenberg, Eliete S. Tudisco,
Nair de J. Manoel, Magid Iunes, Dirce M.
Sigulem*

Da equipe multiprofissional do Grupo de Nutrição do Instituto de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina (GN/IMPEP)

RESUMO

A pesquisa analisou o desenvolvimento de 190 crianças, durante seus primeiros meses de vida, relacionando-o com as condições de vida e os arranjos domiciliares na família. O trabalho das mães, a migração recente, a composição do orçamento familiar, as famílias nucleares ou ampliadas, são fatores analisados em função do estado nutricional constatado nas crianças. Os resultados apontam para as condições de sobrevivência mais favoráveis entre as famílias ampliadas.

SUMMARY

The research analyzes the physical development of 190 children during their first month of life, relating it to their conditions of life and family organization. Mother's labor, recent migration, composition of family budget, nuclear or extended families, are factors analyzed in relation to children's nutritional conditions. Results point to more favorable survival conditions among extended families.

INTRODUÇÃO

O estudo das condições de reprodução em famílias de baixa renda no município de São Paulo, centrado nas formas alternativas de obtenção de meios de sobrevivência, a nível dos arranjos domiciliares, constituiu a perspectiva sob a qual se desenvolveu a investigação sobre a evolução das condições de saúde das crianças nos primeiros meses de vida, no projeto "Influência das práticas alimentares no estado nutricional de lactentes e pré-escolares"¹.

Do ponto de vista do inquérito sócio-econômico, nessa investigação, impuseram-se duas ordens de preocupação, ou seja, identificar os fatores relacionados com a generalização da prática do aleitamento artificial

na população estudada e avaliar as condições de existência que nortearam a evolução das condições de saúde dos lactentes e pré-escolares².

¹ SIGULEM, D.M.; TUDISCO, E.S.; MANOEL, N.J.; GOLDENBERG, P.; GOIHMAN, S. e cols. - Influência das práticas alimentares no estado nutricional de lactentes e pré-escolares. São Paulo, Grupo de Nutrição do Instituto de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina, 1979 (mimeografado).

² GOLDENBERG, P. - Organização social e desnutrição em famílias de baixa renda no município de São Paulo. 1981 (Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo).

Com relação às crianças no primeiro ano de vida, especificamente, partiu-se da concepção de que a desnutrição se constituiria na manifestação biológica das precárias condições de existência, resultantes das limitações impostas à reprodução da força de trabalho sob o capital, nas condições em que se verifica o desenvolvimento sócio-econômico entre nós. Nesse sentido, justificou-se a preocupação com o estudo das alternativas de sobrevivência em populações de baixa renda, estruturadas a partir das condições de existência da mulher, desde o momento do nascimento de uma criança até o 7º mês completo de vida.

METODOLOGIA

Em vista dos propósitos do estudo, constituiu-se uma amostra de 190 crianças selecionadas, no dia seguinte ao seu nascimento, em maternidades que atendiam à população de baixa renda, provenientes de diversas regiões do município de São Paulo, as quais residiriam com as mães, em unidades domiciliares com renda igual ou inferior a um salário mínimo per capita.

Ao focalizar a família como unidade de reprodução e consumo, procedeu-se, paralelamente ao levantamento das condições de participação da mãe do lactente no mercado de trabalho, à caracterização da composição domiciliar e da participação dos residentes no orçamento, como dependentes ou contribuintes. Ao mesmo tempo foram levantados dados referentes à perspectiva domiciliar de consumo, avaliada em função da renda per capita disponível, das condições habitacionais e do acesso aos serviços de saúde.

Com exceção dos dados sobre naturalidade da mãe que envolveram levantamentos retrospectivos, todas as demais variáveis foram controladas mês a mês, na medida em que se pretendia dimensionar as condições de existência nessas famílias de baixa renda, marcada pelo nascimento e desenvolvimento de uma criança, nos primeiros meses de vida. Ao final do seguimento, procedeu-se, a partir de dados antropométricos³, à avaliação do estado nutricional dos lactentes, considerado como medida das limitações impostas à reprodução da força de trabalho em nosso meio, e como indicador do papel dos arranjos alternativos de sobrevivência, identificados a nível domiciliar.

OS ARRANJOS DOMICILIARES

Observando-se os arranjos domiciliares ao longo do seguimento, chamou-nos a atenção o fato de não encontrarmos mães vivendo sozinhas com seu(s) filho(s), o que evidencia sua situação de dependência no processo de "criação" do(s) mesmo(s).

Destacando-se as unidades de reprodução dos grupos domésticos observamos que em 48,9% dos casos as famílias se enquadravam na categoria de Nucleares e as 51,1% restantes, na categoria de Ampliadas, ou seja, coabitavam, no domicílio, outros elementos além dos integrantes das unidades reprodutivas.

Enquanto que a composição Nuclear se associava com a presença do cônjuge (o que aconteceu em 97,8% dos casos), o mesmo não se podia dizer em relação às

famílias Ampliadas. Todas as unidades reprodutivas que não contavam com a presença do cônjuge em todo o seguimento foram localizadas entre as Ampliadas; o mesmo se deu em 13, dentre 15 famílias, em que a presença do cônjuge se fez de forma parcial no seguimento — indicando que na falta do cônjuge, impor-se-ia a necessidade de associação a outros elementos ou unidades familiares. Esses dados fariam supor que a ampliação constituir-se-ia em alternativa de sobrevivência na medida em que propiciaria novas fontes de rendimento e/ou a liberação da mulher para o exercício do trabalho remunerado.

Em vista desses resultados e objetivando distinguir formas de associação procedemos à reclassificação das famílias Ampliadas, tomando como ponto de referência a composição das unidades reprodutivas. Nesse sentido, constituíram-se os seguintes subtipos de famílias Ampliadas:

- I — unidades domiciliares que contavam com a presença do cônjuge durante todo o seguimento;
- II — unidades domiciliares que contavam com a presença parcial do cônjuge durante todo o seguimento;
- III — unidades domiciliares que não contavam com a presença do cônjuge em todo o seguimento.

TRABALHO DA MÃE E ORÇAMENTO DOMICILIAR

A participação do trabalho das mães no orçamento domiciliar, suscita, de imediato, a consideração de duas ordens de limitações, ou seja, a ocorrência, de um lado, da maternidade e dos cuidados exigidos pela criança nos primeiros meses de vida e, de outro, das limitações referentes ao mercado de trabalho feminino.

A ausência de composições formadas exclusivamente por mãe e o lactente na amostra, assim como a ocorrência de um único caso em que a família, de constituição Ampliada, foi sustentada exclusivamente pelo trabalho materno (TABELA 1) trazem implícitas essas considerações. Ainda que 93,2% das mães já houvessem exercido atividades remuneradas em alguma época da vida, verificamos que após o nascimento do lactente apenas 38,4% se lançaram no mercado de trabalho no período estudado, sendo que em 20 casos não houve separação entre mãe e criança devido ao fato de essas atividades serem exercidas, na maioria das vezes, dentro do lar. De acordo com os dados da TABELA 1, entre as famílias Ampliadas observou-se uma proporção maior de mães com trabalho remunerado do que nas Nucleares, fazendo supor maior liberação em relação aos afazeres domésticos. Chamaram atenção, especialmente, as proporções superiores de trabalho das mães entre as famílias que não contaram com a presença (total ou parcial) do cônjuge no seguimento.

³ SIGULEM, D.M. — Condições de saúde e nutrição de lactentes no município de São Paulo. São Paulo, 1981. (Tese de Joutorado — Escola Paulista de Medicina).

TABELA 1

TRABALHO DAS MÃES, ENTRE FAMÍLIAS NUCLEARES E AMPLIADAS

TRABALHO DE MÃE		NUCLEARES	AMPLIADAS				TOTAL
			I	II	III	TOTAL	
Sim	exclusivo	0	0	0	1 (4,7%)	1 (1,0%)	1 (0,5%)
	não exclusivo	27 (29,0%)	22 (34,9%)	9 (69,2%)	14 (66,7%)	45 (46,4%)	72 (37,9%)
Não		66 (71,0%)	41 (65,1%)	4 (30,8%)	6 (28,6%)	51 (52,6%)	117 (61,6%)
TOTAL		93 (100,0%)	63 (100,0%)	13 (100,0%)	21 (100,0%)	97 (100,0%)	190 (100,0%)

TABELA 2

TRABALHO DAS MÃES, AO LONGO DO SEGUIMENTO ENTRE AS FAMÍLIAS NUCLEARES E AMPLIADAS

MÊS (SEGUIMENTO)	NUCLEARES	AMPLIADAS				TOTAL
		I	II	III	TOTAL	
	N = 93	N = 63	N = 13	N = 21	N = 97	N = 190
1º	4 (4,3%)	3 (4,9%)	0	5 (23,8%)	8 (8,2%)	12 (6,3%)
2º	11 (11,8%)	3 (4,8%)	2 (15,4%)	11 (52,4%)	16 (16,5%)	27 (14,2%)
3º	16 (17,2%)	7 (11,1%)	2 (15,4%)	12 (57,1%)	21 (21,6%)	37 (19,5%)
4º	20 (21,5%)	16 (25,4%)	4 (30,8%)	9 (42,9%)	29 (29,9%)	49 (25,6%)
5º	18 (19,4%)	15 (23,8%)	2 (15,4%)	10 (47,6%)	27 (27,8%)	45 (23,7%)
6º	16 (17,2%)	18 (28,6%)	4 (30,8%)	8 (38,1%)	30 (30,9%)	46 (24,2%)
7º	17 (18,3%)	13 (20,6%)	3 (23,1%)	8 (38,1%)	24 (24,7%)	41 (21,6%)

Por outro lado, focalizando-se o número de mães que trabalharam mês a mês, no decorrer do seguimento (TABELA 2), observamos que no total da amostra a entrada no mercado de trabalho aumentou progressivamente até o 4º mês, quando se observou a ocorrência máxima de emprego mensal da ordem de 25,8%. A partir desse mês notou-se diminuição dessa proporção, a qual chegou a 21,6%. Esses dados evidenciaram que, uma vez compelidas ao exercício do trabalho remunerado, dificilmente conseguiriam manter-se no mercado de trabalho. Entre as Ampliadas, os dados sugerem que maior número de mães entram no mercado de trabalho e se mantêm por um período igualmente maior do que entre as Nucleares; porém, mesmo entre elas, que teriam idealmente maior disponibilidade para o exercício do trabalho remunerado, são evidentes as diferenças entre o número das que ingressam e das que se mantêm trabalhando até o final do seguimento.

Essa elevada instabilidade chamou a atenção para a disponibilidade de mão-de-obra feminina e para as limitações do mercado de trabalho nessa amostra, em particular, circunscrita, na maioria das vezes, ao exercício de atividades quase sempre subsidiárias ao modo propriamente capitalista de produção.

Ao considerar as atividades reservadas à mulher no mercado de trabalho, observamos (TABELA 3) que 13 mães (17,8%) exerceram atividades no setor secundário, na qualidade de faxineiras, copeiras, costureiras, montadoras de bolsas, etc., o que reproduz, em certa medida, o exercício das tarefas domésticas consideradas atributos femininos; as demais tiveram suas atividades classificadas no terciário, sendo que 54,8% no ramo domiciliar.

Quanto às relações de trabalho (TABELA 3), constatamos que 49,3% das mães trabalhavam como assalariadas não-registradas. Em ordem decrescente de importância, situou-se o trabalho autônomo, que oferece à mulher, principalmente no terciário, a possibilidade de conciliar

o trabalho doméstico com o exercício de atividades, tais como faxineiras, manicures, lavadeiras, etc.. O trabalho assalariado registrado, quase inexistente no ramo domiciliar, dividiu-se entre aquelas que exerciam seu trabalho no secundário ou nos demais ramos do terciário.

Resumindo toda a precariedade das condições de trabalho das mães na amostra, observamos que mais de 80% delas não chegaram a receber em média um salário mínimo no seguimento, independentemente do tipo de família (TABELA 4). Em vista, porém, da intermitência do trabalho remunerado executado no seguimento foram calculadas as médias de renda auferida nos meses em que trabalharam efetivamente (TABELA 5). Nesse caso houve uma diminuição da proporção daquelas que recebiam um ou menos salário mínimo, porém, ainda assim, os dados indicaram baixos níveis salariais. A proporção de rendimentos de um salário mínimo ou menos decresceu de 86,3% para 67,1%, sendo que na faixa de 1 → 2 salários mínimos maiores proporções foram encontradas entre as Ampliadas, o que indicaria, mais uma vez, maior disponibilidade para o exercício do trabalho remunerado. O cálculo da média de renda (diante da pequena amplitude de variação) auferida pelas mães, entre Nucleares e Ampliadas, foi respectivamente de 0,78 a 0,83 salário mínimo, indicando que, apesar das diferenças, esses valores seriam igualmente baixos.

Esses dados dão relevo à precariedade das condições de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, ao lado da dificuldade de conciliar atividades domésticas com trabalho remunerado, bem como à situação apontada anteriormente de dependência da mulher em relação ao cônjuge e à extensão, ou a ambos, quanto ao encargo de sustentar seus filhos.

A COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO DOMICILIAR

Supondo a existência de um esforço cooperativo de sobrevivência a nível domiciliar, procedemos à

TABELA 3

OCUPAÇÃO (PRINCIPAL) DAS MÃES SEGUNDO SETOR/RAMO E RELAÇÃO DE TRABALHO, NO SEGUIMENTO

SETOR/RAMO	AUTÔNOMOS		ASSALARIADOS				TOTAL	
			REGISTRADOS		NÃO REGISTRADOS			
Secundário	1	(7,7%)	5	(38,5%)	7	(53,8%)	13	(100,0%)
Terciário Domiciliar	15	(37,5%)	1	(2,5%)	24	(60,0%)	40	(100,0%)
Terciário Outros	7	(35,0%)	8	(40,0%)	5	(25,0%)	20	(100,0%)
TOTAL	23	(31,5%)	14	(19,2%)	36	(49,3%)	73	(100,0%)

TABELA 4

**RENDA DAS MÃES EM SALÁRIOS MÍNIMOS (SM) NOS MESES
EM QUE TRABALHARAM, SEGUNDO O TIPO DE FAMÍLIA**

RENDA (SM)	NUCLEARES	AMPLIADAS				TOTAL
		I	II	III	TOTAL	
0 → 1	20 (74,1%)	14 (63,7%)	7 (77,8%)	8 (53,3%)	29 (63,0%)	49 (67,1%)
1 → 2	6 (22,2%)	7 (31,8%)	1 (11,1%)	6 (40,0%)	14 (30,4%)	20 (27,4%)
2 → 5	1 (3,7%)	1 (5,4%)	1 (11,1%)	1 (6,7%)	3 (0,6%)	4 (5,5%)
TOTAL	27 (100,0%)	22 (100,0%)	9 (100,0%)	15 (100,0%)	46 (100,0%)	73 (100,0%)

TABELA 5

**RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS (SM) DAS MÃES QUE TRABALHARAM,
NO SEGUIMENTO, ENTRE AS FAMÍLIAS NUCLEARES E AMPLIADAS**

RENDA (SM)	NUCLEARES	AMPLIADAS				TOTAL
		I	II	III	TOTAL	
0 → 1	23 (85,2%)	18 (81,8%)	9 (100,0%)	13 (86,7%)	40 (97,0%)	63 (86,3%)
1 → 2	3 (11,1%)	4 (18,2%)	0	2 (13,3%)	6 (13,0%)	9 (12,3%)
2 → 5	1 (3,7%)	0	0	0	0	1 (1,4%)
TOTAL	27 (100,0%)	22 (100,0%)	9 (100,0%)	15 (100,0%)	46 (100,0%)	73 (100,0%)

identificação do desempenho de atividades remuneradas, durante o seguimento, por parte dos demais elementos que residiam com as mães, tendo em vista caracterizar sua participação na composição do orçamento familiar.

De acordo com os dados levantados (TABELA 6), ao lado do limitado concurso das mães na constituição do orçamento domiciliar, observamos que os filhos, tiveram uma participação irrisória no desempenho de atividades remuneradas — o que se justificaria em vista da própria condição de seleção da amostra. Em

contraposição, destacaram-se o cônjuge e a extensão como fonte de recursos para a composição do orçamento domiciliar.

A presença de rendimentos dos cônjuges em 99,4% dos orçamentos domiciliares, nas famílias em que esteve presente, destaca seu papel de provedor do "sustento da casa", observando-se a predominância do concurso exclusivo de seus rendimentos entre as Nucleares, em detrimento de uma participação não exclusiva entre as famílias Ampliadas.

Finalmente, chamou a atenção a participação da extensão na composição do orçamento domiciliar entre as famílias Ampliadas. Maiores níveis de participação foram observados nos subtipos II e III, porém, mesmo

no subtipo I, o concurso dos rendimentos da extensão ocorreu em 70% dos orçamentos domiciliares.

Quanto à distribuição dos rendimentos auferidos, no seguimento, pelos integrantes do domicílio (TABELA 7),

TABELA 6

TRABALHO DOS INTEGRANTES DO DOMICÍLIO, NO SEGUIMENTO, NAS FAMÍLIAS NUCLEARES E AMPLIADAS (%)

INTEGRANTE DO DOMICÍLIO	TRABALHO EXCLUSIVO	NUCLEARES	AMPLIADAS				TOTAL
			I	II	III	TOTAL	
		N = 93	N = 63	N = 13	N = 21	N = 97	N = 190
MÃE	SIM	0,0	0,0	0,0	4,7	1,7	0,5
	NÃO	29,0	34,9	69,2	56,7	46,4	37,9
FILHOS	SIM	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	NÃO	9,7	9,5	0,0	4,8	7,2	8,4
CÔNJUGUE	SIM	65,6	22,2	0,7	—	19,7	45,0
	NÃO	33,3	77,8	92,3	—	80,3	54,4
EXTENSÃO	SIM	—	0,0	0,0	23,8	5,2	2,6
	NÃO	—	69,8	92,3	76,2	74,2	37,9

TABELA 7

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS (SM) DO CÔNJUGUE, DA MÃE, DOS FILHOS, DA EXTENSÃO E DO TOTAL DO DOMICÍLIO NO SEGUIMENTO

RENDA (SM)	CÔNJUGUE	MÃE	FILHOS	EXTENSÃO	DOMICÍLIO
≤ 1	16 (9,5%)	64 (86,5%)	10 (62,5%)	24 (31,2%)	6 (3,2%)
1 - 2	66 (39,3%)	9 (12,2%)	4 (25,0%)	17 (22,1%)	45 (23,7%)
2 - 5	81 (48,2%)	1 (1,3%)	2 (12,5%)	23 (29,9%)	116 (61,0%)
< 5	5 (3,0%)	0	0	13 (16,8%)	23 (12,1%)
TOTAL	168 (100,0%)	74 (100,0%)	16 (100,0%)	77 (100,0%)	190 (100,0%)

observamos que as mães e os filhos recebiam rendimentos bem inferiores aos cônjuges e à extensão, o que justificaria a dependência e a necessidade da ampliação.

Em meio às variações na distribuição da renda média auferida no seguimento, entre os componentes do domicílio, observamos que, na faixa de um salário mínimo ou menos, concentraram-se os rendimentos das mães (86,5%) e dos filhos (62,5%); a extensão que poderia fornecer trabalhadores variados do ponto de vista quantitativo e qualitativo, apresentou 31,2% de participação no orçamento com rendimentos na faixa de até um salário mínimo; enquanto que, um número muito reduzido de cônjuges se enquadram nessa faixa de rendimentos. Acima de um salário mínimo, destacaram-se os rendimentos dos cônjuges e da extensão, na qual constatamos a possibilidade de fornecimento de rendimentos tão importantes quanto os dos cônjuges, haja visto que, entre os que auferiram mais de 5 salários mínimos concentraram-se os rendimentos da extensão.

Levando-se em consideração (TABELA 8) a renda do cônjuge quando trabalhador exclusivo ou não, em relação à mediana de rendimento entre as famílias nas quais se encontra presente em todos os controles, ou seja, entre Nucleares e Ampliadas do subtipo I, observamos que, entre os trabalhadores que arcavam sozinhos com o sustento do domicílio, foram encontradas proporções significativamente maiores de rendimentos acima da mediana (que foi de 2,3 salários mínimos) do que entre trabalhadores não exclusivos. Esses dados indicariam que os rendimentos inferiores dos cônjuges se associariam ao trabalho não exclusivo, ou seja, os cônjuges que recebiam rendimentos inferiores à mediana tenderiam buscar o concurso de outros trabalhadores.

Destaca-se nesse caso a importância da extensão na composição de arranjos alternativos do orçamento domiciliar na medida em que ofereceria maiores oportunidades de fornecimento de trabalhadores adicionais, ou mesmo de liberação das mães para o exercício

do trabalho remunerado. Neste caso a ampliação constituir-se-ia numa alternativa de sobrevivência não só para as unidades reprodutivas que não contavam com a presença do cônjuge mas também para aquelas nas quais, estando o cônjuge presente, tivessem acesso a rendimentos inferiores, que limitariam as possibilidades de "sustento da casa".

O fato é que, a despeito do peso diferente de cada um dos componentes na participação do orçamento domiciliar, a soma de um trabalhador qualquer constituiu, para cada família individualmente, um subsídio importante no acréscimo da renda disponível, ou ainda, o aumento dos rendimentos disponíveis implicariam no aumento do número de trabalhadores disponíveis por família (TABELA 9). Nessas ocasiões, a renda domiciliar nos diferentes tipos de família estaria condicionada pelas respectivas composições, que delimitariam o número e a qualidade de trabalhadores disponíveis.

Assim, assumindo a complementariedade dos rendimentos a nível domiciliar, na TABELA 10, retomamos o número médio de residentes por tipo de família, o respectivo número de trabalhadores e da renda do núcleo reprodutivo e do domicílio.

Observamos que ao lado das diferenças do número médio de domicílios entre os tipos de famílias correspondiam diferentes médias do número de trabalhadores. Enquanto que aumentou em uma vez e meia o número de domiciliados, entre as Ampliadas, dobrou o respectivo número de trabalhadores, sendo que no subtipo III, essa média chegou a 3,1 trabalhadores. Chama-se a atenção para o fato de que, em meio às precárias condições de existência, no total da amostra seriam necessários 1,8 trabalhadores e 1,2 entre as famílias Nucleares para manutenção dos seus descendentes.

Levando-se em consideração que o tamanho das famílias encobriria composições quantitativas e qualitativas do número de trabalhadores, em meio às limitações

TABELA 8

RENDA DO CÔNJUGE EM SALÁRIOS MÍNIMOS (SM) QUANDO TRABALHADOR EXCLUSIVO OU NÃO, NO SEGUIMENTO, EM RELAÇÃO À MEDIANA, ENTRE AS FAMÍLIAS NAS QUAIS SE ENCONTRA PRESENTE EM TODOS OS CONTROLES

≅ MEDIANA (= 2,3 SM)	TRABALHO EXCLUSIVO		TOTAL	PROPORÇÃO DE TRABALHO EXCLUSIVO
	SIM	NÃO		
≤ Mediana	31	47	78	39,7%
> Mediana	44	32	76	57,9%
TOTAL	75	79	154	48,7%

$$\chi^2 \text{ calculado} = 5,08^*$$

$$\chi^2 \text{ crítico} = \chi^2 (1 \text{ GL}; 0,05) = 3,84$$

TABELA 9

MÉDIA E DESVIO PADRÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES POR FAMÍLIA, NO SEGUIMENTO, SEGUNDO RENDA DOMICILIAR EM SALÁRIOS MÍNIMOS (SM)

RENDA DOMICILIAR (SM)	Nº DE FAMÍLIAS %	MÉDIA E DESVIO PADRÃO DE TRABALHADORES	
≤ 1	6 (3,2%)	1,0 ± 0,31	
1 - 2	45 (23,6%)	1,2 ± 0,53	
2 - 3	43 (22,6%)	1,5 ± 0,55	1,7 ± 0,82
3 - 4	52 (27,4%)	1,6 ± 0,82	
4 - 5	21 (11,1%)	2,3 ± 0,99	
> 5	23 (12,1%)	3,9 ± 2,09	
TOTAL	190 (100,0%)	1,8 ± 1,28	

TABELA 10

COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA ETÁRIA DAS FAMÍLIAS NA AMOSTRA (MÉDIAS)

VARIÁVEIS (VALORES MÉDIOS)	NUCLEARES	AMPLIADAS				TOTAL
		I	II	III	TOTAL	
Nº DE INTEGRANTES NO DOMICÍLIO	4,9	7,7	6,3	7,6	7,5	6,3
Nº DE INTEGRANTES NO NÚCLEO	4,9	5,1	3,2	2,8	4,4	4,7
IDADE DAS MÃES	25,4	25,3	29,7	22,1	23,8	24,7
Nº DE ORDEM DOS LACTENTES	2,9	3,1	1,6	1,8	2,6	2,8
IDADE DO CÔNJUGE	30,9	30,1	23,9	—	29,0	30,4

de seus rendimentos, observamos que, embora houvesse variações significantes na distribuição da renda per capita dos núcleos reprodutivos, expresso pelas respectivas médias, apresentadas na TABELA 10, não observamos diferenças significantes ao nível da renda per capita domiciliar entre as famílias estudadas. No subtipo III das famílias Ampliadas, que apresentaram os mais baixos rendimentos do núcleo, foram as que encontramos, inclusive, os maiores valores de rendimento domiciliar.

Esses dados sustentariam a hipótese levantada, segundo a qual a família domiciliar se constituiria num grupo organizado, no sentido de garantir condições mínimas de reprodução. Sob as precárias condições de existência observadas na amostra, através de um esforço cooperativo, a ampliação, especificamente, possibilitaria no plano econômico as limitações dos rendimentos dos integrantes das unidades reprodutivas. A comprovação, porém, de que essas articulações se constituiriam num

mecanismo de defesa, só se comprovaria na medida em que se pudesse avaliar o acesso efetivo aos benefícios permitidos pela renda domiciliar, a despeito dos diferentes níveis de renda per capita dos núcleos reprodutivos nas diferentes composições domiciliares. Nesse sentido, o estado nutricional das crianças estudadas desempenharia o papel de parâmetro da avaliação das repercussões das condições de vida, ao nível biológico, colocadas à disposição pelas alternativas de organização domiciliar.

DESNUTRIÇÃO E OS ARRANJOS DOMICILIARES

A nível biológico, não se observaram diferenças significativas quanto ao estado nutricional das crianças nas famílias Nucleares e Ampliadas (TABELA 11), cujas proporções de desnutrição foram respectivamente de 27% e 19,6%. Apesar da existência de rendimentos menores entre os núcleos reprodutivos nas famílias Ampliadas os níveis de desnutrição se apresentaram, inclusive, ligeiramente inferiores, indicando que sua ocorrência estaria associada com a renda global disponível no domicílio. Os menores níveis de desnutrição foram encontrados nas famílias do subtipo III, seguidos das famílias do subtipo I; os piores níveis de desnutrição, assim como a presença de formas mais graves, foram encontradas entre as famílias Nucleares e do subtipo II, onde a recomposição familiar, em função das alterações na constituição do núcleo reprodutivo ocorreu no decorrer do seguimento.

Em vista destes resultados relacionamos o estado nutricional das crianças com a renda per capita do núcleo e do domicílio, tomando-se como parâmetro o indicador de 0,75 salários mínimos⁴, calculado como sendo a renda mínima necessária dentro da estrutura de gastos de uma família padrão de baixa renda, entre nós, capaz de cobrir as necessidades alimentares mínimas.

De acordo com os dados da TABELA 12, observamos existir, realmente, uma relação de independência entre o estado nutricional das crianças com a renda per capita do núcleo enquanto que, ao contrário, na TABELA 13, observou-se associação significativa com relação à renda per capita do domicílio. Confirmava-se, dessa forma, o acesso das crianças à renda domiciliar e a constituição da ampliação como mecanismo de defesa, tendo em vista suprir os baixos rendimentos da mãe e/ou do cônjuge.

Retomando os dados da TABELA 13, observamos ainda que, acima de 0,75 salários mínimos per capita as crianças entre as famílias Ampliadas estariam isentas da ocorrência de desnutrição; mas, o mesmo não aconteceu entre as Nucleares, evidenciando, isto sim, a vulnerabilidade às limitações existentes, em nosso meio, no tocante à capacidade de garantir o sustento dos seus descendentes.

Avaliando-se as condições de moradia, saneamento e utilização de serviços de saúde, observamos que entre as famílias Ampliadas as perspectivas de consumo seriam ligeiramente melhores do que entre as Nucleares, porém, as diferenças não foram consideradas estatisticamente significativas, a não ser em relação às ligações com a rede pública de esgoto. Isso faria pensar, de um lado, que o esforço cooperativo de sobrevivência permitiria uma ma-

ximização qualitativa e quantitativa dos recursos disponíveis entre as famílias Ampliadas; e, apontaria, de outro lado, para as dificuldades do trabalhador de arcar, em meio à subavaliação da força de trabalho, com o "sustento da casa", entre as constituições Nucleares.

É interessante ressaltar que ao nivelar os níveis de desnutrição as famílias Ampliadas estariam fornecendo condições inclusive de superar as limitações referentes ao peso ao nascer, inferior a 3.000 g, apontado como fator de importância na etiologia da desnutrição⁵.

Crianças menores ao nascer têm que ganhar mais peso para alcançar os padrões de crescimento e desenvolvimento adequados necessitando, portanto, de condições sócio-econômicas satisfatórias para recuperar a deficiência ponderal inicial. Nesse sentido observamos uma distribuição homogênea do peso insuficiente ao nascer entre as famílias estudadas, ao redor de 34%; somente entre as famílias do subtipo III as proporções alcançaram a cifra dos 42,9%; porém, isso não chegou a determinar a existência de diferenças significantes entre as Nucleares e Ampliadas.

De acordo com os resultados da TABELA 14, constatamos que o peso insuficiente apresentou associação estatisticamente significativa com a ocorrência de desnutrição no total da amostra e entre as famílias Nucleares, mas não se constituiu num fator limitante à sobrevivência, pelo menos em níveis significantes, entre as famílias Ampliadas. Por sua vez, considerando as crianças com peso inferior a 3.000 g. ao nascer, observamos (TABELA 15) que as famílias Ampliadas apresentaram proporções significativamente inferiores de crianças desnutridas do que as Nucleares, evidenciando condições efetivamente melhores de recuperação, no primeiro ano de vida. Num meio onde o aleitamento natural se faz por um período excessivamente curto, o acesso às melhores condições habitacionais, e uma maior disponibilidade de renda para o consumo imediato poderiam se constituir numa proteção aos processos mórbidos que desempenhariam ao lado da falta de nutrientes importante papel na etiopatogenia da desnutrição nos primeiros meses de vida.

Nessas circunstâncias, as famílias Ampliadas estariam garantindo a recuperação daqueles que iniciaram o confronto com o meio ambiente em desvantagem biológica, evidenciando o acesso aos recursos gerados ao nível do domicílio e a configuração da ampliação como mecanismo alternativo de sobrevivência.

Em vista destes resultados, consideramos ainda a Ampliação frente às migrações, em vista do seu papel na constituição das classes trabalhadoras e da própria subavaliação da força de trabalho em nosso meio.

Consideramos a predominância de mães de origem rural em anos recentes, e que chegaram a São Paulo com

⁴ ALVES, E.L.G. — Fatores sócio-econômicos e adequação nutricional. São Paulo, 1978. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo).

⁵ SIGULEM, D.M. — Condições de saúde e nutrição de lactentes no Município de São Paulo. São Paulo, 1981. (Tese de Doutorado - Escola Paulista de Medicina).

TABELA 11

ESTADO NUTRICIONAL DOS LACTENTES ENTRE FAMÍLIAS NUCLEARES E AMPLIADAS

ESTADO NUTRICIONAL		NUCLEARES	AMPLIADAS				TOTAL
			I	II	III	TOTAL	
Eutróficos		68 (73,1%)	51 (81,0%)	9 (69,2%)	18 (85,7%)	78 (80,4%)	146 (76,8%)
Desnutridos	D _I	16 (17,2%)	8 (12,7%)	2 (15,4%)	3 (14,3%)	13 (13,4%)	29 (15,3)
	D _{II}	8 (8,6%)	4 (6,3%)	1 (7,7%)	0	5 (5,2%)	13 (6,8%)
	D _{III}	1 (1,1%)	0	1 (7,7%)	0	1 (1,0%)	2 (1,1%)
	Total	25 (26,9%)	12 (19,0%)	4 (30,8%)	3 (14,3%)	19 (19,6%)	44 (23,2%)
TOTAL		93 (100,0%)	63 (100,0%)	13 (100,0%)	21 (100,0%)	97 (100,0%)	190 (100,0%)

Eutróficos X Desnutridos entre Nucleares e Ampliadas (I + II + III):

$$\chi^2 \text{ calculado} = 1,42$$

$$\chi^2 \text{ crítico} = \chi^2 (1 \text{ GL}; 0,05) = 3,84$$

TABELA 12

ESTADO NUTRICIONAL DOS LACTENTES SEGUNDO RENDA PER CAPITA EM SALÁRIOS MÍNIMOS (SM) DO NÚCLEO FAMILIAR, NO SEGUIMENTO

RENDA PER CAPITA (SM) NÚCLEO	DESNUTRIDOS	EUTRÓFICOS	TOTAL	PROPORÇÃO DE DESNUTRIDOS
< 0,75	38	111	149	25,50%
≥ 0,75	6	35	41	14,63%
TOTAL	44	146	190	23,16%

$$\chi^2 \text{ calculado} = 2,13$$

$$\chi^2 \text{ crítico} = \chi^2 (1 \text{ GL}; 0,05) = 3,84$$

famílias constituídas, imaginamos que elas se constituiriam num grupo de risco, estando suas crianças especialmente expostas à desnutrição. Analisados os dados (TABELA 16) em função dos arranjos domiciliares constatamos que as crianças, nas famílias cujas mães provinham do meio rural, apresentavam proporções de desnutrição

significativamente maiores em relação às de origem urbana, no total da amostra, e sobretudo entre as Nucleares, mas não entre as Ampliadas. Considerando não haver diferenças nas proporções de mães migrantes, quanto à naturalidade, entre famílias Nucleares e Ampliadas, esses dados fariam pensar que as ampliações constituiriam

TABELA 13

ESTADO NUTRICIONAL DE LACTENTES ENTRE FAMÍLIAS NUCLEARES, AMPLIADAS E NO TOTAL DA AMOSTRA, SEGUNDO RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (RDPC)

RDPC (SM)	NUCLEARES			AMPLIADAS			TOTAL		
	TOTAL	DESNUTRIDOS		TOTAL	DESNUTRIDOS		TOTAL	DESNUTRIDOS	
		Nº	%		No	%		Nº	%
< 0,75	70	20	28,6	75	19	25,3	144	39	27,1
≤ 0,75	23	5	21,7	22	0	0,0	46	5	10,9
TOTAL	93	25	26,9	97	19	19,6	190	44	23,2

Eutróficos X Desnutridos:

1. Nucleares

$$\chi^2 \text{ calculado} = 0,41$$

$$\chi^2 \text{ crítico} = \chi^2 (1 \text{ GL}; 0,05) = 3,84$$

2. Ampliadas

$$\text{Teste Exato de Fisher: } P = 0,0041 \text{ ou } 0,41\%*$$

3. Total de Amostra

$$\chi^2 \text{ calculado} = 4,28*$$

$$\chi^2 \text{ crítico} = \chi^2 (1 \text{ GL}; 0,05) = 3,84$$

TABELA 14

DESNUTRIÇÃO DE LACTENTES ENTRE FAMÍLIAS NUCLEARES, AMPLIADAS E NO TOTAL DA AMOSTRA, SEGUNDO O PESO AO NASCER

PESO AO NASCER (g)	NUCLEARES			AMPLIADAS			TOTAL		
	TOTAL	DESNUTRIDOS		TOTAL	DESNUTRIDOS		TOTAL	DESNUTRIDOS	
		Nº	%		Nº	%		Nº	%
≤ 3.000	32	17	53,1	33	7	21,2	65	24	36,9
> 3.000	61	8	13,1	64	12	18,8	125	20	16,0
TOTAL	93	25	26,9	97	19	19,6	190	44	23,2

Eutróficos X Desnutridos:

1. Nucleares

$$\chi^2 \text{ calculado} = 17,07*$$

2. Ampliadas

$$\chi^2 \text{ calculado} = 0,08$$

3. Total da Amostra

$$\chi^2 \text{ calculado} = 7,30*$$

$$\chi^2 \text{ crítico} = \chi^2 (1 \text{ GL}; 0,05) = 3,84$$

TABELA 15

ESTADO NUTRICIONAL DE LACTENTES QUE NASCERAM COM
PESO \leq 3.000 g ENTRE FAMÍLIAS NUCLEARES E AMPLIADAS

TIPO DE FAMÍLIA	ESTADO NUTRICIONAL			PROPORÇÃO DE DESNUTRIDOS
	DESNUTRIDOS	EUTRÓFICOS	TOTAL	
Nucleares	17	15	32	53,1%
Ampliadas	7	26	33	21,2%
TOTAL	24	33	65	36,9%

χ^2 calculado = 7,10*

χ^2 crítico = χ^2 (1 GL; 0,05) = 3,84

TABELA 16

ESTADO NUTRICIONAL DE LACTENTES, FILHOS DE MÃES MIGRANTES DE FAMÍLIAS NUCLEARES
E AMPLIADAS, DO TOTAL DA AMOSTRA, SEGUNDO NATURALIDADE RURAL OU URBANA

NATURALIDADE	NUCLEARES			AMPLIADAS			TOTAL		
	TOTAL	DESNUTRIDOS		TOTAL	DESNUTRIDOS		TOTAL	DESNUTRIDOS	
		Nº	%		Nº	%		Nº	%
Rural	45	16	35,6	48	10	20,8	93	26	28,0
Urbana	29	2	6,9	22	5	22,7	51	7	13,7
TOTAL	74	18	24,3	70	15	21,4	144	33	22,9

Eutróficos X Desnutridos:

1. Nucleares

χ^2 calculado = 7,87*

χ^2 crítico = χ^2 (1 GL; 0,05) = 3,84

2. Ampliadas

Teste Exato de Fisher: P = 0,6945 ou 69,45%

3. Total da Amostra

χ^2 calculado = 4,20*

χ^2 crítico = χ^2 (1 GL; 0,05) = 3,84

mecanismo de sobrevivência associado à extensão da sociabilidade rural, como recursos adaptativos ao meio urbano, retratando dessa forma, seu caráter de defesa nas circunstâncias mais expressivas sobre as quais se assenta a subavaliação da força de trabalho e as decorrentes limitações à reprodução entre nós.

CONCLUSÕES

Os dados disponíveis evidenciaram a impossibilidade de as mães suportarem sozinhas a criação do(s) filho(s), o que se explicaria diante das limitações do mercado de trabalho ao qual teriam acesso, e dos cuidados exigidos pela(s) criança(s), a seu encargo, no domicílio.

Em meio à situação de dependência da mãe na tarefa do sustento do(s) filhos(s), a constituição Ampliada se apresentou como alternativa de sobrevivência. A partir de um esforço cooperativo seria alcançado suprir as limitações impostas à reprodução em função dos baixos rendimentos da mãe e/ou dos respectivos cônjuges.

O nivelamento das condições nutricionais entre famílias Nucleares e Ampliadas confirmaram o acesso das crianças aos benefícios da ampliação, estruturada ao nível econômico do domicílio. Índícios a respeito de melhores condições de existência nas famílias Ampliadas, paralelamente a uma maximização dos rendimentos neste processo associativo, forneceriam melhores condições de recuperação do peso insuficiente ao nascer, ressaltando a constituição da ampliação como mecanismo de defesa à reprodução.

Foram extensivos estes benefícios aos filhos de mães naturais do meio rural, configurando-se a constituição alternativa de sobrevivência associada às características mais expressivas de constituição das classes trabalhadoras e da própria subavaliação da força de trabalho.

Finalizando, chama-se a atenção para a importância da consideração do plano biológico da existência como parâmetro para identificar estratégias de sobrevivência e as condições em que se verifica a reprodução da força de trabalho em nosso meio.